

Coautor do Guia Anotado de Recursos em Educação Ambiental, editado pelo Ministério da Educação/ Instituto de Inovação Educacional (2001);

Coordenou o Plano de Formação Profissional — Ambiente, iniciativa nacional do IEPF e o Instituto de Promoção Ambiental (1997- 2000);

Subdireção e edição dos Cadernos de Educação Ambiental, encarte da revista Fórum Ambiente (25.000 de tiragem 1997-2000);

Representa o MAOT no Grupo de Trabalho para a Educação Ambiental da Direção Geral XI da Comissão Europeia (1996-1999);

Coautor de A Educação Ambiental na Política Pública de Ambiente, editado pelo IPAMB (1999);

Coordenou a conceção e geriu 3 cursos de formação em matéria de Ambiente para jornalistas, promovidos pelo Instituto de Promoção Ambiental, com o CENJOR, com a Ordem dos Biólogos e com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (1996, 1997 e 1999);

Auditor convidado no “I Summer Institute on Global Environmental Issues”, promovido pela Universidade de Lisboa e Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (1998);

Atividade Associativa e de Reflexão/Intervenção

Vogal da Direção Nacional da Liga para a Proteção da Natureza (2002-2005).

Fundador e membro da Direção da Sociedade de Ética Ambiental (desde 2000);

Colaborador dos projetos Cultura, Natureza e Ambiente e O Bem e o Belo em contexto Natural/Ética Estética e Desenvolvimento Sustentável do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (1998-2003 e 2012).
208455423

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Aviso (extrato) n.º 2122/2015

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foi aceite pelo Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da técnica superior Margarida Leal Ferreira da Silva, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2015.

6 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Vitor Manuel Roque Martins dos Reis*.

208426474

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Aviso n.º 2123/2015

Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, e do n.º 2 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que na sequência de procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 11196/2014, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 194, de 8 de outubro, se procedeu à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o período experimental de 180 dias, com efeitos a 15 de janeiro de 2015, com o seguinte trabalhador:

Nome	Carreira/Categoria	Posição remuneratória
Paulo Jorge Gordon Pinto	Técnico superior.	2.ª

2 de fevereiro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

208426758

Despacho n.º 2053/2015

A Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural presta vários serviços no âmbito das suas atribuições, que importa sejam remunerados pelos seus custos.

Assim, no uso da competência que me foi conferida através da alínea *f*), do n.º 3, do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de agosto, alterada

e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aprovo a tabela de preços anexa ao presente despacho, para o ano de 2015.

29 de janeiro de 2015. — O Diretor-Geral, *Pedro Teixeira*.

ANEXO

Tabela de Preços 2015

Designação	Valor s/IVA*
Deslocações	
Deslocação de técnico à hora p/ fora do local de trabalho	€ 12,50
Deslocação de técnico ao km	€ 0,41
Fotocópias	
Simples:	
A4 p/b	€ 0,11
A3 p/b	€ 0,21
A3	€ 0,26
A4	€ 0,15
Autenticadas (por folha):	
A4 p/b	€ 1,40
A3 p/b	€ 1,60
Emissão de certidões	
Até 5 páginas	€ 10,00
A partir da 6.ª página, por folha	€ 0,55
Emissão de declarações	
Até 5 páginas	€ 5,50
Emissão de declarações (a partir da 6.ª página, por folha)	€ 0,55
Inspecões Técnicas/Ensaio de veículos Agrícolas e florestais	
Inspecões Técnicas/Ensaio solicitados por pessoas singulares (1 pedido no prazo de 5 anos)	€ 102,00
Inspecões Técnicas/Ensaio solicitados por pessoas coletivas ou pessoas singulares (+1 pedido em 5 anos)	€ 204,00
Emissão de pareceres e acompanhamento de obras	
Emissão de pareceres simples relativamente a redes de rega	€ 8,50
Emissão de pareceres de maior complexidade.	€ 41,00
Acompanhamento de obras de outras entidades com interferência em redes de rega	60 €/hora com mínimo de 5 horas diárias
Análise de pedidos sobre a situação de prédios rústicos relativamente ao perímetro de rega	€ 8,50
Plano de Gestão de Lamas	
Taxa de Apreciação e Aprovação do Plano de Gestão de Lamas	€ 3.238,00
Cartografia impressa em litografia	
Carta Agrícola e Florestal (1/25000)	€ 10,00
Carta de Solos e de Capacidade de uso (1/50000)	€ 15,00
Cartografia diversa 1/250.000 e 1/500.000	€ 25,00
Carta Agrícola e Florestal (1/1000 000).	€ 25,00
Cópias de cartas	
Cartas complementares de Solos, de capacidade de uso e esboço de ordenamento agrário e agrícola e florestal — 1.º Rec (opaco)	€ 10,00
Cartas complementares de Solos, de capacidade de uso e esboço de ordenamento agrário e agrícola e florestal — 1.º Rec (transparente)	€ 15,00
Raster	€ 15,00
Extrato de cartas por folha A4	€ 2,00
Extrato de cartas por folha A3	€ 3,00

Designação	Valor s/IVA*	Designação	Valor s/IVA*
Cartografia em Formato Digital			
Cartas de Solos e de Capacidade de Uso do Solo, Série SROA/CNROA, Escala 1: 25.000 (preços por carta):		Necessidades de água para rega no Continente: situação atual e previsão da evolução futura/Gonçalo de Freitas Leal. Lisboa: IHERA, 1995. 25 p. ISBN 972-9510-05-5. — Suporte papel	€ 4,76
• Organismos do MAM, com os quais a DGADR tem protocolos de cooperação	€ 12,47	Orientação para elaboração de projetos de caminhos rurais e agrícolas/Henrique Dias. Lisboa: DGADR, 2010. 47 p. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 339). ISBN 972-978-8649-94-4. — Suporte papel.	€ 5,00
• Outros Organismos do Estado e Estabelecimentos de Ensino/Investigação	€ 24,94	Procedimentos de avaliação do impacto ambiental em projetos da responsabilidade do IHERA/Manuela Tavares da Silva, Cristina Machado. Lisboa: IHERA, 2001. 12 p. ISBN 972-8510-46-2. — Suporte papel	€ 4,76
• Entidades privadas	€ 37,41	Produção integrada da cultura do abacateiro [monografia em CD-ROM]/Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Lisboa: DGADR; 2010. 83 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 323). ISBN 978-972-8649-81-4.	€ 5,00
• Estudantes	€ 12,47	Produção integrada em hortícolas: família das apiáceas: aipo, cenoura, coentros, pastinaca, salsa [monografia em CD-ROM]/Amélia Lopes, Ana Maria Simões. Lisboa: DGADR, 2007. 205 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 310). ISBN 972-8649-72-2. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
Carta de Solos e de Aptidão de Terras da Zona Interior Centro (por Km ² de área ocupada):		Produção integrada em hortícolas: família das asteráceas: alface [monografia em CD-ROM]/Amélia Lopes, Ana Maria Simões. Oeiras: DGPC, 2006. 93 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 292). ISBN 972-8649-50-9. — Suporte CD-ROM.	€ 5,00
• Carta de Solos	€ 0,25	Produção integrada da cultura de citrinos/Miriam Cavaco, Fátima Calouro. Oeiras: DGPC, 2005. 158 p. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 277). ISBN 972-8649-44-4. — Suporte papel	€ 5,00
• Cartas de Aptidão Agrícola e Florestal)	€ 0,06	Produção integrada em hortícolas: família das cucurbitáceas: abóbora, aboborinha (courgette), melancia, melão, pepino [monografia em CD-ROM]/Amélia Lopes, Ana Maria Simões. Oeiras: DGPC, 2006. 303 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 304). ISBN 972-8649-62-2. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
Cartas Temáticas, dos limites dos Aproveitamentos Hidroagrícolas, em Exploração/Execução e Projeto e das Zonas Vulneráveis, preço por unidade (unidade de referencia a carta 1: 25000 do IgeoE):		Produção integrada das culturas de arroz, milho e cereais de Outono-Inverno: fertilização/António Sérgio Videira da Costa Fátima Calouro, Miriam Cavaco. Oeiras: DGPC, 2003. 19 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 266). ISBN 972-8649-27-4.	€ 1,90
• Organismos do Estado e estabelecimentos de Ensino que não participem com a DGADR em Grupos de Trabalho	€ 30,00	Produção integrada das culturas de beterraba sacarina e de tomate para indústria: fertilização/António Sérgio Videira da Costa, Fátima Calouro, Miriam Cavaco. Oeiras: DGPC, 2003. 23 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 265). ISBN 972-8649-28-2. — Suporte papel.	€ 1,90
• Entidades Privadas	€ 40,00	Produção integrada das culturas: pastagens e forragens [monografia em CD-ROM]/Miriam Cavaco, Fátima Calouro. Oeiras: DGPC, 2006. 52 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 306). ISBN 972-8649-66-5. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
• Custos acrescidos correspondentes à gestão e tratamento da informação	€ 5,00	Produção integrada em hortícolas: família das fabáceas: ervilha, fava, feijão verde [monografia em CD-ROM]/Amélia Lopes, Ana Maria Simões. Oeiras: DGPC, 2006. 193 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 307). ISBN 972-8649-65-7. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
		Produção integrada das culturas de milho e sorgo [monografia em CD-ROM]/Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Lisboa: DGADR, 2010. 98 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 343). ISBN 978-972-8649-97-5. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
Venda de Publicações		Produção integrada do olival [monografia em CD-ROM]/Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. 2.ª edição. Lisboa: DGADR, 2010. 105 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 342). ISBN 978-972-8649-96-8. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
Agricultura portuguesa, a água e o ambiente/1.º Seminário do IHERA e da APRH. Lisboa: IHERA, 2001. 355 p. ISBN 972-8510-31-4 — Suporte papel	€ 11,90	Produção integrada em hortícolas: família das quenopodiáceas: acelga, beterraba de mesa, beterraba sacarina, espinafre [monografia em CD-ROM]/Amélia Lopes, Ana Maria Simões. Oeiras: DGPC, 2006. 198 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 305). ISBN 972-8649-64-9. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
Análise dos encargos com a utilização das máquinas pesadas na agricultura e florestas/Carlos Freitas. Lisboa: IHERA, 2002. 13 p. — Suporte papel	€ 2,67		
Distribuidores de adubos e de estreme: características técnicas/Maria Luísa Simões Nunes Paula, Amadeu Quaresma de Carvalho de Meneses. Lisboa: IHERA, 2001. 47 p. ISBN 972-8510-36-5. — Suporte papel	€ 7,62		
Investigação económica e planeamento da empresa agrícola (1978 — 1994)/Nuno Siqueira de Carvalho, Augusto José de Oliveira. Lisboa: IEADR, 1996. 659 p. ISBN 972-9175-73-X. — Suporte papel	€ 7,14		
Manual de proteção fitossanitária para proteção integrada e agricultura biológica da vinha [monografia em CD-ROM]/Ana Paula Félix, Miriam Cavaco. Lisboa: DGADR; 2009. 98 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 325). ISBN 978-972-8649-83-8. — Suporte CD-ROM	€ 5,00		
Manual de proteção fitossanitária para proteção integrada e agricultura biológica de prunóideas [monografia em CD-ROM]/Ana Paula Félix, Miriam Cavaco. Lisboa: DGADR; 2008. 111 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 320). ISBN 978-972-8649-78-4. — Suporte CD-ROM	€ 5,00		
Manual de proteção fitossanitária para proteção integrada e agricultura biológica de culturas oleaginosas: amendoim, cártamo, colza, girassol, soja [monografia em CD-ROM]/Maria Júlia Afonso, Miriam Cavaco. Lisboa: DGADR; 2009. 50 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 322). ISBN 978-972-8649-80-7. — Suporte CD-ROM	€ 5,00		
Manual de proteção fitossanitária para proteção integrada e agricultura biológica do olival [monografia em CD-ROM]/Felisbela Mendes, Miriam Cavaco. 2.ª Edição. Lisboa: DGADR; 2009. 65 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 321). ISBN 978-972-864979-1. — Suporte CD-ROM	€ 5,00		
Manual ilustrado de espécies da flora portuguesa: Volume I/A. R. F. Raimundo. Lisboa: DGPA, 1991. 155 p. ISBN 972-9175-31-4. — Suporte papel	€ 14,29		
Manual ilustrado de espécies da flora portuguesa: Volume II/A. R. F. Raimundo. Lisboa: IEADR, 1993. 161 p. ISBN 972-9175-60-8. — Suporte papel	€ 19,05		

Designação	Valor s/IVA*
Produção integrada em hortícolas: família das rosáceas: morangueiro [monografia em CD-ROM]/Amélia Lopes, Ana Maria Simões. Oeiras: DGPC, 2006. 99 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 293). ISBN 972-8649-51-7. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
Produção integrada da cultura da vinha/Miriam Cavaco, Fátima Calouro, Pedro Climaco. Oeiras: DGPC, 2005. 146 p. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 276). ISBN 972-8649-43-6	€ 5,00
Proteção e produção integradas das culturas de arroz, milho e cereais de Outono-Inverno: práticas culturais/Isabel Fernandes, Álvaro Rasquilho. Oeiras: DGPC, 2004. 19 p. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 269). ISBN 972-8649-31-2. — Suporte papel	€ 1,90
Proteção e produção integradas das culturas de beterraba sacarina e de tomate para indústria: práticas culturais/Amélia Lopes. Oeiras: DGPC, 2004. 18 p. + anexo. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 270). ISBN 942-8649-32-0. — Suporte papel	€ 1,90
Requisitos mínimos para o exercício da produção integrada: culturas para as quais ainda não existem normas oficiais estabelecidas [monografia em CD-ROM]/Miriam Cavaco, Fátima Calouro. Oeiras: DGPC, 2006. 17 p. + anexos. (Divulgação, ISSN 0872-3249; 308). ISBN 972-8649-67-8. — Suporte CD-ROM	€ 5,00
Diversos livros publicados SROA/CNROA — Digitalizados	€ 15,00

* A estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor.

208427876

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

Despacho n.º 2054/2015

Em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 248.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por força do Despacho n.º 1127/2015, 16 de janeiro de 2015, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 23, de 3 de fevereiro de 2015, é integrado, na categoria, posição e nível remuneratório de origem, em posto de trabalho previsto e não ocupado do mapa de pessoal da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, o técnico superior, João António Martins Brandão Soares, com efeitos a 16 de janeiro de 2015.

9 de fevereiro de 2015. — O Diretor-Geral, *Miguel Sequeira*.
208427762

Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.

Aviso n.º 2124/2015

Torna-se público que, na sequência da deliberação do Conselho Diretivo, e por força do Despacho n.º 1127/2015, publicado no D.R. 2.ª série, n.º 23, de 3 de fevereiro, do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, são integradas em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, nas respetivas categorias e posições remuneratórias, as trabalhadoras abaixo indicadas, em mapa de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., por força do disposto no n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro, com efeitos a 17 de janeiro de 2015.

Nome dos trabalhadores	Carreira/categoria	Posição e nível
Ana Paula Almeida Alves	Técnico de Informática	2 - 500
Maria João Martinho Alfeirão	Técnico Superior	9 - 42

4 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.

208427981

Aviso n.º 2125/2015

Por deliberação de 29 de janeiro de 2015 do Conselho Diretivo do INIAV, I. P., foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na mesma categoria e posição remuneratória, dos trabalhadores abaixo indicados, no mapa de pessoal no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., nos termos do disposto no n.º 3 e 6 do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, sendo celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Nome dos Trabalhadores	Carreira/Categoria
Maria de Fátima Esteves de Sousa Certal	Assistente Técnica.
Maria de Fátima Oliveira Peixoto	Assistente Operacional.
Maria Inês Oliveira Sousa Santos	Assistente Operacional.
Maria Manuela Costa Faria Silva	Assistente Operacional.

4 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.
208427957

Deliberação n.º 225/2015

Por deliberação do conselho diretivo do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., de 13 de novembro de 2014, foi autorizada a licença sem remuneração por 90 dias, a Alexandrina Rosa Silva Loureiro, a assistente operacional, com efeitos a 3 de fevereiro de 2015.

4 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Nuno Canada*.
208427657

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

Despacho n.º 2055/2015

A Lei n.º 36/2013, de 12 de junho, que aprovou o regime de garantia de qualidade e segurança dos órgãos de origem humana destinados a transplantação no corpo humano, de forma a assegurar um elevado nível de proteção da saúde humana, transpondo a Diretiva n.º 2010/53/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de julho, relativa a normas de qualidade e segurança dos órgãos humanos destinados a transplantação, determinou nos n.ºs 1 e 2 do seu artigo 4.º que a dádiva de órgãos é voluntária e não remunerada, sem prejuízo do direito dos doadores vivos a receber uma compensação estritamente limitada a cobrir as despesas efetuadas e a perda de rendimentos relacionados com a dádiva, não podendo aquela compensação constituir um incentivo ou benefício financeiro. Reforçando o caráter voluntário e gratuito da doação de órgãos e pretendendo salvaguardar a proteção dos doadores e recetores de qualquer forma de exploração alheia ao espírito da lei, importa estabelecer as condições em que pode ser concedida a referida compensação.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 36/2013, de 12 de junho, determino:

1 — A compensação prevista no n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 36/2013, de 12 de junho, está limitada ao reembolso das despesas efetuadas relacionadas com a dádiva de órgãos e com o seguimento do dador e a perda de rendimentos relacionados com a dádiva.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, os limites máximos para os montantes compensatórios de despesas, atendendo ao espírito de dádiva voluntária, altruísta e solidária, correspondem:

a) Nas deslocações para a realização dos estudos de histocompatibilidade, métodos complementares de diagnóstico e terapêutica, intervenção cirúrgica e consultas de seguimento do dador, ao valor correspondente à deslocação em transporte coletivo de serviço público terrestre mais célere da residência do dador ao estabelecimento hospitalar, ainda que a deslocação seja realizada em viatura própria, ou, no caso de doadores oriundos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, ao valor correspondente à deslocação em transporte coletivo de serviço público aéreo, nas classes turísticas ou mais económicas;

b) Nas despesas de alojamento, quando a distância da residência do dador ao estabelecimento hospitalar for superior a 80 km contados por estrada, considerando o percurso mais próximo a utilizar, ou sempre que o dador não disponha de transportes coletivos regulares que lhe